

IC - Inquérito Civil n. 06.2018.00006863-9

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 197/2000; e

MATHEUS GELO POTÁVEL EIRELLI - ERA DO GELO, ora **COMPROMISSÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 17.793.446/0001-13, com sede na Rua João Gottardi, 556, Espinheiros, Itajaí/SC, neste ato representada pela Sra. Tatiane Andolfato Couto, inscrita no CPF sob o n. 028.372.829-95, representante legal da empresa Era do Gelo, acompanhada do Dr. Júlio César da Silva, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n. 7.921, firmam o presente:

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/00, estabeleceu no art. 82, inciso XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, I, da mesma Lei;

NSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

CONSIDERANDO que meio ambiente é "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite,*

abriga, e rege a vida em todas as suas formas" (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I), e que poluição é "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos" (inciso III);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, *"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] defesa do meio ambiente [...];*

CONSIDERANDO que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei n. 6.938/81);

CONSIDERANDO que degradação da qualidade ambiental é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas pôr qualquer forma de energia ou de substâncias sólidas, líquidas e gasosas, ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes, em níveis capazes de, direta ou indiretamente, prejudicar a saúde e o bem-estar da população, conforme dispõe o art. 2º, II, 'a', da Lei Estadual n. 5.793/1980;

CONSIDERANDO que a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade, segundo preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde¹;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os

¹Constituição da Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omsworld.html>

danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO que a NR-36 prevê em seu item n. 36.9.3.2 medidas de prevenção coletivas a serem adotadas quando da utilização de amônia em processos industriais;

CONSIDERANDO a gravidade da situação e a necessidade de adoção de medidas céleres e eficazes que visem resguardar o meio ambiente, a saúde humana e a segurança dos funcionários e moradores circunvizinhos da empresa, diante do risco do vazamento da substância amônia e de sua nocividade, de acordo com o trecho da Nota Técnica n. 03/2004 emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego²;

CONSIDERANDO que causar poluição em razão do despejo de resíduos sólidos em desacordo com as exigências estabelecidas em lei ou regulamentos, bem como deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível, implica no crime previsto no art. 54, §2º, inciso V, e §3º, da Lei n. 9.605/98;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por meio de matérias jornalísticas veiculadas na mídia local, a notícia da ocorrência de uma explosão na empresa Era do Gelo, localizada na Rua José Gottardi, Espinheiros, Itajaí/SC, em razão de vazamento de amônia;

CONSIDERANDO que o incidente ocorrido em 13.12.2018 causou danos à saúde dos funcionários da empresa, os quais tiveram que ser socorridos pelos moradores vizinhos em razão da gravidade da situação e da localização afastada do núcleo urbano;

CONSIDERANDO que, segundo consta no Auto de Constatação

² [...] O gás é um irritante poderoso das vias respiratórias, olhos e pele. Dependendo do tempo e do nível de exposição podem ocorrer efeitos que vão de irritações leves a severas lesões corporais. A inalação pode causar dificuldades respiratórias, broncoespasmo, queimadura da mucosa nasal, faringe e laringe, dor no peito e edema pulmonar. A ingestão causa náusea, vômitos e inchaço nos lábios, boca e laringe. A amônia produz, em contato com a pele, dor, eritema e vesiculação. Em altas concentrações, pode haver necrose dos tecidos e queimaduras profundas. O contato com os olhos em baixas concentrações (10 ppm) resulta em irritação ocular e lacrimejamento. Em concentrações mais altas, pode haver conjuntivite, erosão na córnea e cegueira temporária ou permanente. Reações tardias podem acontecer, como fibrose pulmonar, catarata e atrofia da retina. A exposição a concentrações acima de 2500 ppm por aproximadamente 30 minutos pode ser fatal. [...]

DC-511-18, foram identificadas diversas irregularidades pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil nas instalações da empresa, no tocante à operação com Amônia;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo Corpo de Bombeiros Militar por meio do Ofício n. 0018/SAT/1º/7ºBBM, no sentido de que, apesar de a edificação estar regularizada, foram identificados extintores com o prazo de validade vencido;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA 1ª - A Compromissária, caso pretenda continuar com suas atividades, compromete-se a não operar o maquinário para fabricação de gelo com a utilização de amônia até que todos os itens de segurança listados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, por meio do Auto de Constatação DC 511-18, tenham sido integralmente atendidos, inclusive por meio de inspeção e declaração do referido órgão acerca da regularidade da implementação dos itens.

CLÁUSULA 2ª - A Compromissária compromete-se a promover a recarga dos extintores, mantendo-os recarregados, e a adequação do projeto preventivo contra incêndio e pânico nos prazos e condições estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar.

CLÁUSULA 3ª - A Compromissária compromete-se a cumprir todas as condicionantes e recomendações exigidas pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros Militar para a manutenção da segurança de suas operações, fazendo-o nos prazos assinalados pelo órgão competente.

CLÁUSULA 4ª: A compromissária compromete-se a encaminhar a esta Promotoria de Justiça, mensalmente, documentação comprobatória do cumprimento de todas as cláusulas que envolvam obrigação de fazer bem como do atendimento das exigências do corpo de bombeiros e defesa civil.

CLAUSULA 5ª - A compromissária como medida de compensação

indenizatória pelos danos causados à coletividade e ao meio ambiente, obriga-se ao pagamento de 30 salários mínimos ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados - FRBL - CNPJ: 76.276.849/0001-54, pagos mediante boleto bancário, para pagamento em 10 vezes, com início em 30 dias, a partir da assinatura do ajustamento de conduta.

CLÁUSULA 6ª - O descumprimento ou violação da Cláusula 1ª, 2ª e 3ª, deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa diária no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ou seja, com a constatação positiva do descumprimento até a sua regularização, e o descumprimento da cláusula 5ª no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

Parágrafo 1º: As multas dispostas serão recolhidas ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, CNPJ: 76.276.849/0001-54., disciplinado pelo Decreto 1.047/87, valor a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça.

Parágrafo 2º: A não regularização das atividades mediante o atendimento das recomendações de segurança pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar para operação com utilização de amônia ensejará imediata suspensão das atividades, inclusive mediante execução do presente título.

CLÁUSULA 7ª: O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra a Compromissária, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA 8ª - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 9ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 10ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e

prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Itajaí, 12 de fevereiro de 2019

ALVARO PEREIRA OLIVEIRA MELO
Promotor de Justiça

Matheus Gelo Potável Eirelli – Era do Gelo
Compromissária

Dr. Júlio César da Silva
Advogado